

DE COMO O SOCIÓLOGO BRASILEIRO DEVE PRATICAR SEU OFÍCIO: AS CÁTEDRAS DE SOCIOLOGIA DA USP ENTRE 1954 E 1969 ¹

Carolina PULICI ²

- **RESUMO:** Este texto busca caracterizar práticas acadêmicas e preferências intelectuais desigualmente influentes na Sociologia que se institucionalizou na Universidade de São Paulo entre 1954 e 1969. Sob a vigência do regime de cátedra, essas distintas orientações encarnaram-se nas atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelos dois núcleos voltados à produção e transmissão de conhecimento sociológico na USP: a Cadeira de Sociologia I e a Cadeira de Sociologia II. Em perspectiva contrastiva, examinamos pronunciamentos nos quais os dois grupos posicionaram-se quanto ao que entendiam por excelência intelectual em sociologia, bem como os padrões acadêmicos que deram vida às declaradas filiações. Por fim, tratamos dessas dissonantes concepções de “como o sociólogo brasileiro deve praticar o seu ofício” vis-à-vis ao contexto social em que se inseriram.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Sociologia. Intelectuais. Academia. São Paulo. Brasil.

Registra-se já há algum tempo no Brasil, no âmbito das pesquisas sobre processos intelectuais contemporâneos, a emergência de estudos sobre a institucionalização das ciências sociais no país, referendando a importância atribuída às condições que informam a vida acadêmica na conformação do conhecimento científico propriamente dito. Em meio a um contexto histórico de

¹ Esta é uma versão resumida de minha dissertação de mestrado, defendida em 2004 na FFLCH-USP.

² Doutoranda em Sociologia. USP - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo – SP – Brasil. 05508-010 - carolpulici@terra.com.br

crescente profissionalização universitária, o diagnóstico de Russell Jacoby (1990, p.20) de que “hoje, os intelectuais não-acadêmicos são um espécie ameaçada” faz-se de certa forma ouvir por esse ramo da ciência social brasileira, que tal como o autor americano reflete sobre o impacto das condições institucionais na formação dos hábitos e linguagens com que se expressam os intelectuais³.

A existência de trabalhos dedicados à história social, política e institucional do pensamento sociológico na USP poderia dar a impressão de que não houvesse muito mais a ser dito, não fosse o fato dessas interpretações se concentrarem nos feitos intelectuais dos que atuaram paradigmaticamente na tarefa de construção da sociologia acadêmica no país, cujo exemplo mais marcante foi Florestan Fernandes. Seja porque todo um debate em torno de sua personalidade intelectual sublinha “essa convicção de que o sociólogo tem algo a dizer que é específico dele” (COHN, 1986, p.140), seja porque nos anos 1960, a criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho não só reorientou a dinâmica até então usual das pesquisas como congregou, em meio à intensa discussão sobre o desenvolvimento brasileiro, análises articuladas acerca dos possíveis papéis da indústria e do empresariado nos rumos do país, certo é que os sociólogos que se mantiveram alheios tanto às novas temáticas quanto à consagração mais sistemática dos critérios que passaram a orientar o trabalho acadêmico costumam ser excluídos das várias definições do que vem a ser “sociologia uspiana” (SALLUM JÚNIOR, 2002)⁴.

Essa espécie de universalização de tradições intelectuais específicas não é fruto do acaso, já que deriva do fato de Florestan e discípulos terem assentado os padrões de ensino e pesquisa que se tornaram dominantes num dado momento que, no entanto, encerrou diferentes apostas acadêmicas⁵. O reconhecimento de orientações hegemônicas não nos isenta, contudo, da tarefa de confrontá-las às correntes dominadas, segundo o princípio de

³ Ver, entre outros, Azevedo (1947, 1971), Franco (1961, 1962, 1980), Fernandes (1962, 1966, 1977), Antonio Candido (1968), Mesquita Filho (1969), Souza (1979), Queiroz (1982, 1992), Irene Cardoso (1982), Fernando Henrique Cardoso (1987, 2004); Morse (1990); Peixoto (2001); Arruda (1995); Arantes (1994); Vianna (1997); Pontes (1997, 1998), Jackson (1998), Martins (1998), Schwarz (1999), Miceli (2001a, 2001b), Limongi (2001a, 2001b), Sallum Júnior (2002), Garcia (1997, 2002), Romão (2003), Lahuerta (2005).

⁴ Identificam a história do pensamento sociológico na USP à história da Cadeira de Sociologia I os trabalhos de Liedke (1991), Arantes (1994), Vianna (1997), Miceli (2001a) e Limongi (2001b). Ver, em anexo, os nomes dos sociólogos que integraram as Cadeiras de Sociologia I e II da USP entre 1954 e 1969.

⁵ Exceções a essa tendência em associar a sociologia da USP à sociologia do grupo de Florestan Fernandes são os trabalhos de Pontes (1998), Jackson (1998) e Kominsky (1999).

que todo projeto intelectual afirma-se especialmente naquilo que recusa (BOURDIEU, 2005). Além disso, a análise das tensões subjacentes aos valores concorrentes de um dado universo acadêmico nos permite avaliar em que medida tais visões conflitivas anunciam mudanças nos princípios de hierarquização legítimos, apontando para a redefinição dos critérios norteadores da atividade intelectual universitária (BOURDIEU, 1984).

Nessa linha de juízo, orientamos este texto no sentido de marcar que além das polarizações existentes entre a sociologia carioca e a paulista (MICELI, 2001a), ou entre a orientação acadêmica da Escola Livre de Sociologia e Política e a Faculdade de Filosofia da USP (LIMONGI, 2001b), também os sociólogos circunscritos ao ambiente acadêmico uspiano não só não compartilharam uma concepção unívoca de trabalho intelectual em sociologia, como conformaram diferentes modalidades de exercício acadêmico. Desse modo, a análise que segue confronta as Cátedras de Sociologia I e II – então os mecanismos básicos do processo de institucionalização da sociologia na USP – a partir de suas definições de excelência intelectual e de prática acadêmica. Para tanto, seleciona os autores abordados não em função de suas análises sociológicas substantivas, mas dos discursos acadêmicos que revelaram uma tomada de posição na discussão (tão cara ao período) de “como o sociólogo brasileiro deve praticar o seu ofício”⁶.

Modelos de excelência intelectual

Tendo iniciado seus cursos, em 1934, com um quadro de professores oriundos da chamada “Missão Francesa” (PEIXOTO, 2001), a Faculdade de Filosofia da USP passaria, a partir de meados dos anos 1950, a ter seu corpo docente formado em maioria absoluta por brasileiros, indutores de mudanças nas atividades de ensino e pesquisa até então vigentes. No caso da disciplina de sociologia, a substituição de Roger Bastide por Florestan Fernandes no posto de catedrático da Cadeira de Sociologia I em 1954 implicou não apenas a reorientação dos propósitos de estudo, como uma alteração da própria composição do corpo docente. A partir desse momento, alguns daqueles que

⁶ Frase cunhada por Florestan Fernandes (1977, p.7), que na abertura de *A Sociologia no Brasil* assume que escreveu o livro “principalmente para dizer como o sociólogo brasileiro deve ‘praticar o seu ofício’”.

até então se autodenominavam sociólogos deslocaram-se para outras áreas de conhecimento (como a estética e a literatura), outros permaneceram na sociologia, mas transferiram-se para a cátedra contraposta à de Florestan Fernandes, a Cadeira de Sociologia II.

Os diferentes juízos acerca do magistério dos franceses constituem, com efeito, indícios inequívocos das discordâncias a respeito de quais eram, à época, os padrões desejáveis de trabalho intelectual em sociologia e, assim, do campo de disputas configurado até o final da década de 1960, quando o regime de cátedra se diluiu na atual estrutura departamental, e Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni foram compulsoriamente aposentados pelo regime militar. Se ainda nos anos 1970 alguns trabalhos de Ruy Galvão de Andrada Coelho (1968), Antonio Candido (1978), Gilda de Mello e Souza (1987, 1979), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1955, 1957), Duglas Teixeira Monteiro (1965, 1974) e Fernando Augusto Albuquerque Mourão (1978) ecoavam as investidas de Roger Bastide (1979, 1983) em prol de uma sociologia da arte e da cultura plenamente dotada de estatuto científico, a partir de 1954 teve início, por iniciativa da Cadeira de Sociologia I regida por Florestan Fernandes, uma nova “cruzada” reivindicatória de um campo de estudos, dessa vez para instituir uma sociologia mais diretamente comprometida com as transformações em curso no Brasil de então.

Não há dúvida que Florestan Fernandes e discípulos avaliavam positivamente a iniciativa de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, reconhecendo o quão progressistas foram seus idealizadores ante os horizontes de então. Mas se esses sociólogos reverenciaram as novas modalidades de trabalho personificadas pela Missão Francesa (FERNANDES, 1978), muito empenhados estiveram também em demonstrar o quanto a nova Faculdade ainda contemporizava com os antigos propósitos de estudo de humanidades, e o quão necessário se fazia “[...] efetuar radicais alterações na orientação que vem sendo seguida, na transplantação e na assimilação do saber científico.” (FERNANDES, 1962, p.4).

Nessa imperiosa tarefa de inovação acadêmica, o conjunto de “textos-manifestos” que esses intelectuais fizeram vir a lume nos anos 1950/60 detratou o que eles consideravam um conhecimento “livresco” – que ignoraria “as funções da

universidade como agência de produção de conhecimentos científicos originais” (FERNANDES, 1977, p.47) –, um programa de educação humanística que contemplasse as experiências culturais do “homem-do-mundo” (CARDOSO, F., 1960), um projeto de conhecimento “puro e desinteressado” (FERNANDES, 1960; FRANCO, 1962) e o apreço pelo trabalho individual (FRANCO, 1961). Arvorando-se em árbitro, o grupo reivindica a obrigatoriedade da pesquisa empírica, a ligação entre a sociologia e os processos contemporâneos de transformação social (CARDOSO, F., 1960; FRANCO, 1962), a escolha de assuntos que fossem mais relevantes do ponto de vista da sociedade brasileira (FERNANDES, 1962), a instituição do trabalho em equipe (FRANCO, 1961, 1962) e, finalmente, a especialização dos campos de investigação sociológica (FERNANDES, 1962). No discurso desses sociólogos a mensagem é clara: há que se conceber instrumentalmente a educação, rejeitando um ideal de instrução “contemplativo” e sem finalidades práticas. Nessa linha de juízo, a escolha de temas não deveria ser feita tendo-se em vista exclusivamente seu interesse científico, em detrimento de sua importância do ponto de vista da práxis (FERNANDES, 1966): pesquisar “qualquer coisa” não faria senão repor o ideal de “ilustração” com que sempre se legitimou o ensino de humanidades no Brasil (FERNANDES, 1966). As investigações deveriam, em suma, voltar-se ao controle dos problemas sociais com que nos defrontamos (FRANCO, 1962).

E foi, sobretudo, através de críticas ao projeto originário da Faculdade de Filosofia escrito por Fernando de Azevedo – o qual, na visão do grupo, atribuía à nova Faculdade a função de fornecer refinamentos culturais mais ou menos gratuitos – que a Cadeira de Sociologia I explicitou as exigências e pressupostos julgados imprescindíveis ao trabalho do moderno sociólogo brasileiro⁷. Certos de que no tempo dos franceses “a comunicação no plano didático e a ministração de leituras constituíam a esfera essencial das atividades” (FERNANDES, 1977, p.46), Florestan e assistentes insistiram ainda na multiplicação dos papéis de atuação profissional do sociólogo – através da formação do “pesquisador” e do “técnico” em sociologia –, e isso tanto para alargar as oportunidades de trabalho dos formados em ciências sociais quanto para que o conhecimento sociológico encontrasse

⁷ Para uma avaliação desse projeto originário, cuja preocupação dominante seria difundir uma “cultura livre e desinteressada”, ver Azevedo (1947); Franco (1962, 1980); Irene Cardoso (1982) e Limongi (2001a, 2001b).

receptividade na sociedade mais ampla, o que, acreditavam, fortaleceria a posição da sociologia no sistema científico brasileiro, atenuando a situação de indigência financeira com que se desenvolvia a pesquisa sociológica no Brasil (FRANCO, 1962).

Mas enquanto os integrantes da Cadeira de Sociologia I apresentam-se como agentes de inovação institucional, não há, para começo de comparação, qualquer texto dos professores da Sociologia II cuja temática seja uma alteração radical dos valores norteadores do trabalho intelectual em sociologia, e muito menos uma crítica ao projeto originário da Faculdade de Filosofia. Mais do que isso, a referência de Florestan Fernandes à “batalha” em torno da formação do “técnico” em sociologia e às polêmicas por ela suscitada no interior das cátedras (FERNANDES, 1978, p.22) está a sugerir que nem todos os sociólogos do período partilhavam a visão de que, como as “ciências de laboratório”, as ciências sociais deveriam converter as demandas da sociedade em problemas acadêmicos, independentemente das preferências individuais dos próprios investigadores.

Considerando que ao alardear as exigências específicas da “condição de sociólogo”, um grupo enuncia também os valores e interesses que lhe são divergentes, é possível ver na personalidade intelectual de Fernando de Azevedo vestígios das orientações que a Sociologia I buscava superar. Muito embora o catedrático da Sociologia II tenha tido um papel importante no estímulo de pesquisas empíricas em ciências sociais – como não permite negar a direção do Centro Regional de Pesquisas Educacionais –, ele mesmo não fez pesquisa de campo, nem se orientou para questões contemporâneas quando do estudo de temas brasileiros. Além disso, os títulos *Páginas Latinas: pequena história da literatura romana pelos textos* (1927), *No tempo de Petrólio: ensaios sobre antiguidade latina* (1923) e *Na batalha do humanismo* (1952) revelam seu entusiasmo frente aos ideais de instrução ligados ao humanismo clássico, tradição de estudos tida como inadequada por Florestan Fernandes, para quem o ensino humanístico só fazia reforçar “[...] uma fonte de complexos, de ressentimentos e de atitudes de insegurança dos brasileiros em face das chamadas ‘nações cultas’”. (FERNANDES, 1977, p.118). Ainda a título de contraste, vale registrar que Fernando de Azevedo fora explícito quanto ao propósito de “alta finalidade cultural” da Faculdade de Filosofia que, no seu entender, deveria encaminhar estudos puramente teóricos, purgados de todo e

qualquer caráter profissionalizante e voltados à propagação de uma cultura livre e desinteressada (AZEVEDO, 1947, p.76).

Também Ruy Coelho, substituto de Fernando de Azevedo na regência da Cadeira de Sociologia II, pautou sua vida acadêmica em princípios destoantes dos preconizados pelo modelo de trabalhador intelectual concebido pelo grupo da Sociologia I, já que não se sentira obrigado a estudar o Brasil – escreveu sobre Proust, Kafka e os negros de Honduras –, nem a deixar de praticar uma sociologia eminentemente teórica (tese de livre-docência e cátedra), desvinculada de investigações empíricas sistemáticas. Enquanto o grupo de Florestan Fernandes julgava que “[...] na escolha dos objetos de pesquisa devemos dar prioridade aos assuntos que são mais relevantes para o conhecimento da sociedade brasileira e ao controle dos problemas sociais com que nos defrontamos [...]” (FERNANDES, 1962, p.18), Ruy Coelho revê o período insistindo no contrário, creditando ao fato de terem pela primeira vez lidado com “ciência pura”, não-aplicada, a maior prova de que a Faculdade de Filosofia havia conseguido enfim atenuar nosso longínquo estado de indigência cultural:

Os alunos estavam deslumbrados, fascinados e um pouco atônitos. De repente, descobrimos. E essa descoberta foi bem colocada por Lourival Gomes Machado, que já havia concluído o curso: “Vocês não estão percebendo que no Brasil há sempre e apenas ciência aplicada e que estamos aprendendo aqui uma coisa igualmente importante, que é a ciência pura?” (ARBOUSSE-BASTIDE; COELHO, 1981, p.16).

Outra não foi a opinião de Antonio Candido (1981-1984, p.117) quando avaliou que no Brasil a idéia do conhecimento que se justifica pela prática sempre fora a regra do ensino superior orientado pelas profissões liberais, e que “[...] a Faculdade de Filosofia foi criada para alterar a perspectiva e desenvolver de maneira sistemática o saber que se chama desinteressado, pois só ele permite aprofundar a investigação que faz progredir o conhecimento e, portanto, a sua aplicação eventual.”

Contrariamente a uma agenda de pesquisa que priorizasse as eventuais concepções práticas de ciência pareceu ter se posicionado também Maria Isaura Pereira de Queiroz (1992, p.401) quando, em texto sobre a sociologia uspiana da década de 1960, lamentou que o grande aumento de estudantes em ciências sociais teria sido acompanhado de uma obsessão por certos objetos

de pesquisa, já que as investigações tenderam a se concentrar “[...] em torno de problemas precisos da atualidade, num esforço tanto de compreensão quanto de procurar soluções.” O mesmo tom informou um outro texto que, nos anos 1990, referiu-se com desconfiança ao fato de que “no Brasil o presente tem muita força” e a “convicção de que nele estão as raízes do futuro” levava a que os brasileiros – e “seus estudiosos em particular” – escolhessem “[...] uma única via preferencial, a especialização numa direção, como se fora dela não existisse salvação.” (QUEIROZ, 1995b, p.10).

As opiniões desses veteranos da Sociologia II tipificam uma posição que é tributária da aspiração do projeto originário da Faculdade de Filosofia de “cultura pela cultura” e de “foco ardente de ambição desinteressada” que, diante do monopólio dos que exerciam profissões de “aplicação imediata”, mas que em matéria de ciência e de cultura se mostravam superficiais e incultos, tornou sinônimos os termos progresso científico-cultural e ausência de qualquer idéia de aplicação. Nas palavras de um dos mentores da nova Faculdade:

Não se aceita que um instituto superior tenha por missão algo mais do que fornecer à sociedade práticos capazes de tirar partido da arte médica, de perscrutar um pulmão, diagnosticar uma pneumonia ou abrir com perícia um peritônio [...] Não se cultiva a ciência médica propriamente dita, nem se procura despertar na mocidade o gosto pelas pesquisas desinteressadas. (MESQUITA FILHO, 1969, p.62)⁸.

Já os discípulos de Florestan Fernandes não partilhavam da enorme desconfiança do modelo norte-americano de universidade que Paul Arbousse-Bastide (1981-1984, p.14) orgulhosamente atribuiu ao grupo idealizador da Faculdade de Filosofia. Pelo contrário, o estilo de trabalho da Cadeira de Sociologia I inspira-se em alguma medida na orientação acadêmica da Universidade de Chicago, cujo projeto de associação entre ensino e pesquisa previa o voltar-se mais para a “criação de conhecimentos novos do que para a sua reprodução” (VIANNA, 1997, p.178). Diferentemente das escolas francesas, menos inclinadas ao estudo de temas considerados de “utilidade pública” (PEIXOTO, 2001), os centros

⁸ Como mostrou Fernando Limongi (2001a, p.187) “[...] a preocupação de se ‘eliminar completamente da Faculdade de Filosofia todos os seus componentes utilitários e práticos’ está em perfeita concordância com os princípios a inspirar o movimento. A oposição Faculdades Profissionais x Faculdade de Filosofia, construída pelos próprios mentores desta última, visava criar uma faculdade não-utilitária, não-prática e purgada ao máximo do caráter profissionalizante.”

norte-americanos e sua proposta de interagir mais diretamente na resolução dos problemas coletivos parecem ter entusiasmado Florestan Fernandes, que nos anos 1970 segue lamentando o fato de que “[...] ainda sofremos a deformação de dar preferência a projetos nos quais só existem, explicitamente, objetos empíricos ou teóricos. Os objetivos práticos são costumeiramente negligenciados”. (FERNANDES, 1978, p.73). Também ecoam aqui, com alguma ênfase, os ensinamentos de Karl Mannheim (1974, p.129), que ao refletir sobre o lugar do intelectual na divisão social do trabalho e discorrer sobre seu possível alheamento em relação às preocupações práticas da sociedade considera que “[...] o pensador imune à refutação pelos fatos tende a esquecer-se da principal finalidade do pensamento: saber e prever para agir”.

Modalidades de exercício acadêmico

Para não nos limitarmos às auto-representações dos sociólogos em exame, convém investigar de que modo tais visões do ensino universitário ganharam vida nos programas acadêmicos e nos quatro centros de pesquisa criados no período – testemunhos inegáveis de como os hábitos de pensamento só se tornam plenamente inteligíveis quando referidos às classificações, problemáticas e hierarquias do ambiente acadêmico em que emergem.

O que salta aos olhos, especialmente nos anos 1960, é que afora o conteúdo típico do currículo do sociólogo, a Sociologia I voltou-se, prioritariamente, ao processo de gênese e desenvolvimento do capitalismo de forma mais ampla, cujos efeitos, aqui, seriam comparáveis aos dos países centrais. Já a Sociologia II insistiu na temática do “Brasil velho” (“Sociologia rural”), no esquadramento das relações entre literatura e sociedade, nas análises que enfatizavam as dimensões culturais da experiência humana (“Sociologia das áreas culturais da América Latina”), no estudo dos campos comuns à psicologia e às ciências sociais (“Teorias sociológicas do comportamento”) e, por fim, nos assuntos ainda pouco legítimos na hierarquia temática da época, como a questão da mulher (“Ensino profissional feminino”).

Finalmente, as mudanças na programação do curso de “Sociologia aplicada” quando esse passara a ser ministrado por Florestan Fernandes – e não mais por Roger Bastide – sugerem

uma adesão sem precedentes a essa especificidade sociológica e, simultaneamente, uma visão menos entusiasmada das relações entre ciência e arte. No tempo de Bastide, os alunos matriculados nessa disciplina discutiam “a importância das planificações do mundo de hoje e a função da sociologia”, mas, paralelamente a isso, dispunham de um roteiro de estudos cujas primeiras linhas pareciam questionar as possibilidades de uma sociologia aplicada, posto que sempre ameaçada de tornar-se uma sociologia normativa. Cabe destacar ainda que no tempo de Bastide essa matéria também tratava das possíveis relações entre ciência e arte. Redefinindo essa herança, o curso de 1955, já sob a responsabilidade de Florestan Fernandes, estipula um programa cujos seis tópicos de discussão centram-se nas possibilidades e limites da sociologia aplicada frente ao imperativo de controle dos problemas sociais. Se os programas acadêmicos mostram que Bastide temia que uma sociologia aplicada se tornasse normativa, na obra de Fernandes parece ser positiva a pressão exercida por essa sociologia que introduz

[...] a tendência a dar maior importância às manipulações interpretativas que impõem o recurso mais extremo e profundo à análise prospectiva [...] das alternativas de intervenção deliberada no curso dos processos sociais (e) dos efeitos previsíveis das mudanças controláveis racionalmente. (FERNANDES, 1977, p.75) ⁹.

Considerando-se que para Florestan Fernandes faltava ao ensino dos franceses “uma idéia diretiva” (FERNANDES, 1978, p.13), não admira que enquanto a Cadeira de Sociologia II estabelecia que “os cursos de pós-graduação constarão de seminários e colóquios sobre os temas de trabalho escolhidos pelos alunos”, sua cátedra, ao contrário, indicava seis “setores temáticos”, assentando uma hierarquia de objetos de estudo legítimos¹⁰. Diferentemente da Sociologia II, a cadeira de Florestan Fernandes define itinerários específicos, consagrando determinadas linhas de pesquisa e mantendo outras em surdina, em conformidade com a crença de que era preciso conter a variedade

⁹ A esse respeito, vale destacar ainda que em 1955 a Cadeira de Sociologia I deixou de oferecer o curso de sociologia estética, ministrado por Gilda de Mello e Souza e dirigido aos alunos do segundo ano de filosofia. Depois de ter permanecido por volta de 14 anos na Cadeira de Sociologia I, Gilda transferiu-se para a Cadeira de Estética em 1954, quando Roger Bastide retornou à França e convidou Florestan Fernandes para ser o regente da cadeira.

¹⁰ Os setores eram: 1. O problema dos modelos na explicação sociológica; 2. Sociologia do conhecimento; 3. Sociologia comparada; 4. Sociologia aplicada; 5. Sociologia econômica; 6. Estudos de comunidade.

dos campos de investigação sociológica, independentemente das preferências individuais dos pesquisadores. A propósito, se esse grupo escreveu que a iniciação científica de um aluno deveria inscrever-se numa pesquisa mais ampla cujo caráter já foi determinado sem sua participação (FRANCO, 1962), não é difícil entender por que no período da grande investigação sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, o estudioso do mundo rural José de Souza Martins (1998, p.111) tenha feito um mestrado sobre o conde Matarazzo que, no seu retrospecto, “foi produto das circunstâncias”. Daí também Cláudio Vouga avaliar que “virei sociólogo industrial, eu que queria fazer o curso de ciências sociais porque me interessava por literatura”¹¹. Daí ainda Gabriel Cohn¹², desde 1968 afeito à teoria sociológica, ter obtido o título de mestre com a dissertação *A política do petróleo no Brasil* (1930-1954), num itinerário de carreira que, tal como os de Martins e Vouga, conforma-se às investidas dos veteranos da Cadeira de Sociologia I em prol de empreendimentos intelectuais cujas tarefas individuais, longe de alimentarem apenas a ambição de natureza pessoal, têm um sentido criador de conjunto.

Tendo em vista que, segundo o chefe da Sociologia I, era aconselhável controlar a “variedade dos centros de interesses teóricos das investigações sociológicas” (FERNANDES, 1962, p.26), e que nessa cadeira todos os integrantes são alunos subordinados a um professor catedrático já livre-docente, não surpreende que no período estudado o grupo de Florestan Fernandes tenha criado um único centro de pesquisa – o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) – no qual, bem ou mal, se acomodam todos os membros da cátedra, ao passo que a antiga cadeira de Fernando de Azevedo viu nascer o Centro Regional de Pesquisas Educacionais em 1955, o Centro de Estudos Rurais (depois tornado Centro de Estudos Rurais e Urbanos) em 1964 e o Centro de Estudos e Cultura Africana (depois tornado Centro de Estudos Africanos) em 1965.

Visando prover os alunos de ciências sociais do treinamento em pesquisas de campo, o Centro de Estudos Rurais foi criado em 1964 por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1995a) e empreendeu desde o início consultorias voltadas a áreas do Brasil rural. Se, tanto quanto o CESIT, o futuro CERU foi desde o início um produtor de conhecimentos passíveis de aplicação, não se pode perder de

¹¹ Confira documentos institucionais e memoriais acadêmicos consultados.

¹² Confira documentos institucionais e memoriais acadêmicos consultados.

vista que, enquanto no centro de Florestan Fernandes as pesquisas estiveram exclusivamente voltadas ao Brasil urbano e industrial, o núcleo de Maria Isaura resguardou a “[...] possibilidade de estudar problemas variados, muitas vezes considerados sem maior importância e que, ao serem analisados, demonstram seu valor para a compreensão de aspectos importantes da sociedade.” (QUEIROZ, 1995a, p.28). Se para o sociólogo do CESIT “[...] o início do trabalho era aqui, e mesmo que houvesse oportunidade de sair para o exterior, ele (Florestan Fernandes) dava um jeito de o sujeito não sair” (COHN, 1986, p.132), no CERU cuidou-se também

[...] para que não ficassem os pesquisadores presos exclusivamente ao seu país, e para que fossem buscar, por meio de bolsas, participação em congressos no exterior, auxílio para pesquisas em colaboração com universidades estrangeiras, bem como a vinda de professores desses mesmos lugares. (QUEIROZ, 1995a, p.28).

E se no futuro CERU havia uma grande preocupação de intercâmbio internacional, pode-se dizer que essa foi a razão de existência do Centro de Estudos e Cultura Africana que, tendo à frente Fernando Mourão, foi desde o início voltado para África e não para os estudos afro-brasileiros¹³.

O acompanhamento das estratégias de encarnação institucional de determinadas preferências intelectuais deu a ver incompatibilidades no próprio encaminhamento do exercício acadêmico. Na verdade, Florestan Fernandes sempre fora explícito quanto ao interesse em sedimentar novas modalidades de trabalho intelectual. Sempre em tom de ruptura, suas reflexões acerca das mudanças levadas a cabo pela Cadeira de Sociologia I, a expectativa de que “[...] esses progressos venham a repercutir de maneira intensa na reorganização do ensino, ensejando o estabelecimento definitivo do padrão de trabalho didático que ainda não conseguimos instaurar.” e especialmente a reprovação não apenas da “pouca importância atribuída pelos professores estrangeiros”, mas também pelos “seus continuadores à formação de uma mentalidade científica devotada” (FERNANDES, 1977, p.84 e p.98) são uns dentre tantos discursos acadêmicos visando justificar as iniciativas expansionistas do grupo, como a de disputar, em 1964, através de Octávio Ianni, o cargo de catedrático da Cadeira de Sociologia II, onde Ruy Coelho era

primeiro assistente (e portanto, à época, o sucessor “natural”) desde 1958.

A referência a uma Cadeira de Sociologia I que cria “tigres” e “leões” e não simplesmente “gatos” (LEONI, 1997) deu-se a ver ainda no tempo com que esses sociólogos escreviam e publicavam suas teses, bem como na natureza dos empreendimentos editoriais com que o faziam: não era raro que um assistente da Cadeira de Sociologia I tivesse sua tese impressa numa edição da DIFEL, na coleção dirigida por Fernando Henrique Cardoso, ou então pela Companhia Editora Nacional, cujo proprietário era o tio de Marialice Foracchi, antes de virem a lume os trabalhos dos veteranos da Sociologia II, por vezes em modestas impressões nos boletins internos das cátedras. O maior empenho em comprovar o montante de sua produção intelectual também está a confirmar que o comportamento competitivo, por mais generalizado que fosse, foi especialmente característico do grupo da Cadeira de Sociologia I¹⁴.

Chega-se, assim, a algo parecido com o que já referimos anteriormente. Tendo atribuído inatualidade a um conhecimento destituído de caráter instrumental, “gratuito”, a Cadeira de Sociologia I também negou, em suas práticas acadêmicas correntes, atitudes por assim dizer “desinteressadas”, indiferentes aos “cálculos” de carreira acadêmica. Além disso, o maior empenho na difusão das obras correspondia ainda àquele ideal de sociologia técnica, que contrariava a produção sociológica que não fosse digna de aproveitamento pelos círculos leigos, posto que tão-somente apazível aos iniciados no mundo acadêmico. Quando trata da emergência e do triunfo do modelo do intelectual medieval como um tipo profissional profundamente ligado às cidades e não mais aos restritos meios monásticos, Jacques Le Goff (2003, p.9) avalia que “[...] urbanos, os novos intelectuais são homens de ofício. Precisam, como os mercadores, uma vez que são ‘vendedores de palavras’ como aqueles que são ‘vendedores de tempo’, superar o chavão tradicional da ciência que não existe para ser vendida, sendo de Deus.” Em sua tipologia das relações comunitárias religiosas, Max Weber (2000) mostra como uma religião que se torna livresca visa, sobretudo, ampliar sua esfera de influência para além da restrita casta à qual era dirigida a transmissão oral das revelações proféticas. Ao contrário da

¹⁴ Conferir, a esse respeito, o livro FFCL-USP: Retrospectiva e Publicações, (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1961), onde não há registrado sequer um texto de Antonio Candido que, como sabemos, publicou muitíssimo.

pouco difundida sabedoria brâmane, onde durante séculos “a forma escrita foi até repudiada”, Weber (2000, p.315) mostra como a ética religiosa racionalizada cuja existência depende da função de educar os leigos tem na tradição fixada literariamente o instrumento por excelência “de um sistema de educação não apenas para os próprios membros do sacerdócio e precisamente para os leigos”.

Secundando os ensinamentos de Abelardo, intelectual medieval que lembrava a Heloísa que só “os filisteus é que guardam sua ciência para si e impedem tanto eles como os outros de aproveitá-la” (LE GOFF, 2003, p.88), e em perfeito acordo com as recomendações de Weber, para quem a difusão literária era poderosa arma de conquista de mercado entre as várias profecias que disputavam a soberania numa comunidade, a Cadeira de Sociologia I fez de suas estratégias de publicação mais um meio de multiplicação do foco de incidência de sua sociologia e, portanto, de sua influência, como não nega, aliás, o retrospecto de seu líder de que “[...] não nos limitávamos a escrever artigos e livros. Cercávamo-nos de condições que garantissem a sua publicação e a formação do público consumidor correspondente.” (FERNANDES, 1977, p.188).

Novas disposições intelectual-acadêmicas

Finalmente, o suposto de que as instituições não são infensas aos estímulos da vida social extra muros exige que tratemos dessas inclinações intelectual-acadêmicas vis-à-vis ao contexto ideológico em que se inseriram, de modo a apreender os significados sócio-culturais mais amplos dos ideais científicos em competição, associando-os aos “climas de opinião” próprios ao período que se abre a partir de meados dos anos 1950.

É já lugar comum nos estudos sobre a institucionalização das ciências sociais em São Paulo supor que não havia, na Faculdade de Filosofia dos mestres franceses, uma preocupação em vincular o programa de estudos aos processos de mudança social em curso no Brasil de então (CANDIDO, 1998). Se é verdade que os franceses endereçaram os alunos ao Brasil (COELHO, 1981-1984), não é menos certo que foi só posteriormente, com a entrada dos professores brasileiros, que as investigações sobre os problemas mais imediatos do país passaram a ser letra dominante,

instituindo uma nova hierarquia de temas. Professores brasileiros que, em sua segunda geração, não pertenciam mais aos antigos setores oligárquicos, nem haviam se formado sociólogos nos anos 1930/40, quando a própria escolha de uma Missão Francesa para iniciar os cursos da USP refletia os anseios de afrancesamento que marcaram todo o período da República Velha e sua elite paulista (MORSE, 1970). Distantes de uma “primeira idade universitária” ainda a meio caminho entre as incitações nativistas do modernismo artístico e o amor às coisas francesas (SOUZA, 1981-1984), os sociólogos formados nos anos 1950/60 vivenciaram os “climas de opinião” que se abriram a partir de meados dos anos cinqüenta, período de intenso debate em torno do desenvolvimento brasileiro (HIRSCHMAN, 1967).

Naquele momento em que grupos tão distintos quanto os defensores da modernização econômica, o Partido Comunista e os teóricos da Cepal estavam às voltas com o estudo – de matizes ideológicas distintas, certamente – dos desdobramentos mais imediatos do processo de industrialização da América Latina (MORSE, 1970; FURTADO, 1985; BIELSCHOWSKY, 2004), a consagração do modelo de sociólogo defendido pelo grupo de Florestan Fernandes também se deveu, em alguma medida, às particularidades dessa atmosfera mental (LAHUERTA, 2005).

Se, para fins tipológicos, ousamos falar até aqui em Cadeira de Sociologia I e Cadeira de Sociologia II, um exame superficial dos modelos de excelência intelectual aos quais aderem as “crias” da Sociologia II nos revela o quanto o espírito mais “filosófico” e “desinteressado” dos tempos da Missão Francesa estava definitivamente superado, uma vez que essa segunda geração de professores brasileiros está, em sua grande maioria, envolvida com pesquisa empírica sobre os desdobramentos do processo de industrialização que se desenvolvia em São Paulo, comprometida com projetos de uso social das pesquisas científicas, priorizando as dimensões materiais e urbanas da experiência humana, de modo que o grupo de Florestan Fernandes só fazia nomear um *ethos* acadêmico já bastante generalizado. Para esse grupo que instituiu novos princípios de hierarquização na comunidade acadêmica historiada, o estudo sociológico do desenvolvimento industrial, um dos fenômenos mais candentes no Brasil a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), levava ao extremo aquela visão negadora dos investimentos científicos destituídos de caráter instrumental, como se estivesse a inverter aquilo que

Sérgio Buarque de Holanda (1998) chamou um dia de “apego bizantino aos livros” ou então de “desencanto de realidade”.

Nesse cenário de inversão das prioridades de análise, alguns dos antigos veteranos da Cadeira de Sociologia II lamentaram a restrição do repertório dos assuntos reputados sociológicos, a predominância dos estudos cujo pressuposto é a valorização do modo de ser moderno, o afastamento da sociologia em relação à antropologia (QUEIROZ, 1992) e o descaso para com os aspectos estéticos da realidade social (CANDIDO, 1968), chamando a atenção para “o outro lado da moeda” desse universo valorativo acadêmico que, nos anos 1960, priorizou o estudo das transformações materiais e dos entraves à modernização do Brasil. Se o diagnóstico de que a Missão Francesa contribuiu para que os temas fossem escolhidos pelo interesse científico e não pela importância diante da práxis (QUEIROZ, 1977) está a sugerir o caráter inutilitário (para falar como Sérgio Buarque) daquele magistério, o arrefecimento dos estudos de sociologia da arte e da cultura iniciados com Roger Bastide aponta para as faces intelectualmente empobrecedoras da tendência posterior (e vitoriosa) de exclusivismo de empreendimentos intelectuais “intervencionistas”.

Ainda que o chão social onde medram as obras não dê o tom exclusivo do que virá a ser escrito, não se pode ignorar que, queiramos ou não, as idéias “[...] ganham outra inteligibilidade quando examinadas como expressão e, simultaneamente, como resultado da experiência social de uma comunidade acadêmica específica.” (PONTES, 1997, p.63). Em que pese o fato de ter havido, no plano externo, uma intimidação ferrenha do grupo de Florestan Fernandes – com as perseguições deliberadas que se seguiram às derrotas políticas de 1964 e 1969 –, no âmbito acadêmico das Cadeiras de Sociologia ocorreu uma absorção muito limitada de pessoas que trabalhavam com cultura. Naquela Faculdade já bastante distante do que um dia chamou-se de “departamento francês de ultramar” (ARANTES, 1994), mais bem representados estiveram os sociólogos que se envolveram no intenso debate sobre o desenvolvimento brasileiro.

PULICI, Carolina. How the Brazilian Sociologist must practice his art: the Chairs of Sociology at USP between 1954 and 1969. *Perspectivas*, São Paulo, v. 31, p.97-120, jan./jun. 2007.

■ **ABSTRACT:** *This text aims to characterize the academic practices and intellectual preferences unequally influent on the Sociology institutionalized at the University of São Paulo between 1954 and 1969. Under the cathedra system, those distinct orientations have embodied in the teaching and researching activities developed by the two groups dedicated to the production and transmission of the sociological knowledge at USP: the Chair of Sociology I and the Chair of Sociology II. Following a contrasting perspective, we examined the pronunciations on which the two groups took positions concerning what they considered to be intellectual excellence in the area of Sociology, as well as the academic patterns that gave life to those declared filiations. Finally, we've analyzed these dissonant conceptions of "how the Brazilian sociologist must practice his art" vis-à-vis the social context in which they were inserted.*

■ **KEYWORDS:** *Sociology. Intellectuals. Academy. São Paulo. Brazil.*

Referências

ARANTES, P. E. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ARBOUSSE-BASTIDE, P. [Depoimento]. Entrevistador: Antônio Marcos de Almeida. *Língua e Literatura*, São Paulo, v.10-13, p.7-34, 1981-1984.

ARBOUSSE-BASTIDE, P.; COELHO, R. G. de A. O Brasil escapa às soluções simplistas. In: DANTAS, L. (Org.). *A história vivida*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1981. v.II, p.11-25. (Coleção Documentos Abertos).

ARRUDA, M. A. do N. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a escola paulista. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: FAPESP, 1995. v.2, p.107-232.

AZEVEDO, F. de. *História de minha vida*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1971.

_____. Sob o fogo do combate: a questão da formação dos professores do ensino secundário. In: _____. *As universidades no mundo de amanhã*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. p.67-90.

BASTIDE, R. A propósito da poesia como método sociológico. In: QUEIROZ, M. I. P. de. (Org.). *Roger Bastide*. São Paulo: Ática, 1983. p.81-87.

_____. *Arte e sociedade*. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

BIELSCHOWSKY, R. O pensamento socialista. In: _____. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p.181-239.

BOURDIEU, P. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *Homo academicus*. Paris: Minuit, 1984.

CANDIDO, A. [Entrevista]. [jun. 1998]. Entrevistadores: Gilberto Velho e Yvonne Leite. São Paulo: SBPC, 1998. In: SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. *Cientistas do Brasil*. Edição comemorativa dos 50 anos da SBPC. São Paulo: SBPC, 1998. p.583-602.

_____. O saber e o ato [Discurso]. *Língua e Literatura*, São Paulo, v.10-13, p.115-120, 1981-84.

_____. Roger Bastide e a literatura brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v.20, p.162-168, 1978.

_____. A sociologia no Brasil. In: ENCICLOPÉDIA Delta Larousse. Rio de Janeiro: Ed. Delta, 1968. v.4, p.2107-2123.

CARDOSO, F. H. Universidade precisa de mais método e menos ideologia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 jan. 2004. Caderno USP: 70 anos, p.13.

_____. A paixão pelo saber. In: D'INCAO, M. A. (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. UNESP, 1987. p.23-30.

_____. Educação para o desenvolvimento. In: BARROS, R. S. M. de. *Diretrizes e bases da educação nacional*. São Paulo: Pioneira, 1960. p.166-176.

CARDOSO, I. R. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.

COELHO, R. G. de A. [Depoimento]. *Língua e Literatura*, São Paulo, v.10-13, p.121-133, 1981-1984.

_____. Aspectos sociológicos da obra de Kafka. In: TEXTOS e estudos de literatura alemã: Thomas Mann, Friedrich Dürrenmatt, Gottfried Ben e Franz Kafka. São Paulo: EDUSP: Difel, 1968. p.162-173.

COHN, G. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. B. (Org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.125-148.

FERNANDES, F. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.

_____. A sociologia como afirmação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, v.2, n.1, p.3-39, 1962.

_____. Análise e crítica do projeto de lei sobre diretrizes e bases da educação nacional. In: BARROS, R. S. M. de. *Diretrizes e bases da educação nacional*. São Paulo: Pioneira, 1960. p.217-306.

FRANCO, M. S. de C. O ilustrado e o filisteu: uma reflexão sobre a universidade. *Cadernos CERU*, São Paulo, n.13, p.47-55, 1980.

_____. *Os alunos do interior na vida escolar e social da cidade de São Paulo: técnica e resultados de uma pesquisa de treinamento*. São Paulo: USP: FFCL, 1962. (Boletim, n. 259; Cadeira de Sociologia I, 9).

_____. Reflexões sobre o treinamento de pesquisadores em sociologia. *Sociologia*, São Paulo, v.23, n.2, p.140-149, 1961.

FURTADO, C. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GARCIA, S. G. *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

_____. *A sociologia como ciência: liberalismo e radicalismo no período de formação de Florestan Fernandes: 1941-1953*. 1997.

158f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

HIRSCHMAN, A. O. Ideologias do desenvolvimento econômico na América Latina. In: _____. *Monetarismo vs estruturalismo: um estudo sobre a América Latina*. Tradução de Maria José Cyhlar Monteiro e Helga Hoffmann Rio de Janeiro: Lidador, 1967. p.9-49.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JACKSON, L. C. *A tradição esquecida: os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. 1998. 223f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

JACOBY, R. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Trajetória Cultural: EDUSP, 1990.

KOMINSKY, E. V. (Org.). *Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. Marília: Unesp-Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999.

LAHUERTA, M. Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica. *Perspectivas*, São Paulo, v.28, p.157-186, 2005.

LE GOFF, J. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003.

LEONI, B. H. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIEDKE FILHO, E. D. Sociology at the University of São Paulo. In: _____. *Sociology and society in Brazil and Argentina 1954 –1985*. 1991. 496f. Thesis (Ph. D)-Brown University, Providence, 1991. v. 1, p.167-214.

LIMONGI, F. P. A escola livre de sociologia e política em São Paulo. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 2001a. v.1, p.257-276.

_____. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 2001b. v.1, p.135-222.

MANNHEIM, K. O problema da intelligentsia: um estudo de seu papel no passado e no presente. In: _____. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva: EDUSP, 1974. p.69-139.

MARTINS, J. de S. *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998.

MESQUITA FILHO, J. de. Universidade, realização da revolução democrática. In: _____. *Política e cultura*. São Paulo: Martins, 1969. p.155-165.

MICELI, S. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil: 1930 – 1964. In: _____. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Sumaré, 2001a. v.1, p.11-28.

_____. Por uma sociologia das ciências sociais. In: _____. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Sumaré, 2001b. v.1, p.91-134.

MONTEIRO, D. T. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

_____. *Água da memória*. Rio de Janeiro: Ed. Letras e Artes, 1965.

MORSE, R. Economia manchesteriana e sociologia paulista. In: _____. *A volta de McLuhanaíma: cinco estudos solenes e uma brincadeira séria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.133-160.

_____. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo: Difel, 1970.

MOURÃO, F. A. de A. *A sociedade angolana através da literatura*. São Paulo: Ática, 1978.

PEIXOTO, F. A. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Sumaré, 2001. v.1, p.477-531.

PONTES, H. *Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo: 1940-68*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Círculos de intelectuais e experiência social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.12, n.34, p.57-70, 1997.

PULICI, C. *De como o sociólogo deve praticar o seu ofício: as cátedras de sociologia da USP entre 1954 e 1969*. 2004. 176f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

QUEIROZ, M. I. P. de. O CERU faz trinta anos: primeiros tempos. *Cadernos CERU*, São Paulo, n.6, p.11-31, 1995a.

_____. A antropologia: uma chave para a compreensão do homem. In: LAPLANTINE, F. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1995b. p.9-11.

_____. Desenvolvimento das ciências sociais no Brasil: nascimento e expansão. *Ciência e Trópico*, Recife, v.20, n.2, p.387-412, 1992.

_____. A universidade em face das expectativas sociais. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.34, n.5, p.610-616, 1982.

_____. A Sociologia brasileira na década de 40 e a contribuição de Roger Bastide. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.29, n.12, p.1353-1361, 1977.

_____. *La "guerre sainte" au Brésil: le mouvement messianique du "Contestado"*. São Paulo: USP: FFCL, 1957. (Boletim, n.187; Cadeira de Sociologia, 5).

_____. Funções sociais do teatro francês nos fins do século XIX. *Sociologia*, São Paulo, v.17, n.4, p.331-341, 1955.

ROMÃO, W. de M. *A experiência do CESIT: sociologia e política acadêmica nos Anos 1960*. 2003. 170 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SALLUM JUNIOR, B. Notas sobre o surgimento da sociologia política em São Paulo. *Política e Sociedade*, Florianópolis, n.1, p.73-86, 2002.

SCHWARZ, R. Um seminário de Marx. In: _____. *Seqüências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.86-105.

SOUZA, G. de M. e. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. A estética rica e a estética pobre dos professores franceses. *Discurso*, São Paulo, v.9, p.9-30, 1979.

_____. O saber e o ato [Depoimento]. *Língua e Literatura*, São Paulo, v.10-13, p.134-157, 1981-84.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. *Retrospectiva de publicações*. São Paulo: [s.n.], 1961.

VIANNA, L. W. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: _____. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. p.173-222.

WEBER, M. Sociologia da religião: tipos de relações comunitárias religiosas. In: _____. *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. 3.ed. Brasília: Ed. UnB, 2000. p.279-418.

Documentos Institucionais Consultados

Memoriais acadêmicos: Gabriel Cohn, Sedi Hirano, Cláudio Vouga, Celso Beisiegel, Fernando Augusto de Albuquerque Mourão.

Programas acadêmicos: 1953, 1955, 1956, 1960, 1962, 1964, 1965, 1966, 1967 e 1968.

Anexo

Sociólogos que integraram as cátedras de sociologia I e II entre 1954 e 1969

Cadeira de Sociologia I: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Renato Jardim Moreira, Octávio Ianni, Marialice Mencarini Foracchi, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Celso de Rui Beisiegel, Leôncio Martins Rodrigues Neto, José César Aprilanti Gnaccarini, Gabriel Bolaffi, Lourdes Sola, Cláudio José Torres Vouga, José Carlos Pereira, Luiz Pereira, Pedro Paulo Poppovic, José de Souza Martins, Sedi Hirano, José Rodrigues Barbosa, Gabriel Cohn.

Cadeira de Sociologia II: Fernando de Azevedo, Antonio Candido de Mello e Souza, Ruy Galvão de Andrada Coelho, Maria Isaura

Pereira de Queiroz, Azis Simão, Frank Perry Goldman, Douglas Teixeira Monteiro, Eva Alterman Blay, Lia Freitas Garcia Fukui, Armando Ferrari, Eder Simão Sader, Álvaro de Aquino e Silva Gullo, Aparecida Joly Gouveia, Fernando Augusto de Albuquerque Mourão, Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins.